



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense
20 a 24 de Outubro de 2019
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

4979 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT16 - Educação e Comunicação

Monitoramento participativo e tecnologia cívica na escola: participação de estudantes no controle social
Carla Azevedo de Aragao - UFBA - Universidade Federal da Bahia
Marisa de Castro Villi - OUTRAS

Monitoramento participativo e tecnologia cívica na escola: participação de estudantes no controle social

O artigo resulta do estudo de caso da plataforma Monitorando a Cidade, com acompanhamento da experiência em escolas de Santarém (PA), onde o monitoramento da merenda foi feito por estudantes. O objetivo do trabalho, que é parte de dissertação de mestrado apresentada em 2018, é compreender como se dá o uso de métodos de monitoramento participativo, via adoção de tecnologia cívica, como estratégia da sociedade no controle social, tendo os estudantes como produtores de informação. Trata-se de uma investigação qualitativa, descritiva e analítica, e as estratégias metodológicas utilizadas combinaram pesquisas em fontes documentais secundárias, entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa e observações. Os resultados evidenciam que o envolvimento dos estudantes em processos participativos potencializa o engajamento destes no controle social na medida em que eles são posicionados como produtores de informação.

Palavras-chave: Monitoramento participativo. Controle Social. Tecnologia Cívica. Participação.

1. Introdução

Na América Latina, e em especial no Brasil, a redemocratização, após décadas de elitismo democrático e de uma onda de governos autoritários e totalitários, inseriu novos atores na cena política, instaurando uma disputa pelo significado da democracia e pela constituição de uma nova gramática social. Não só no Brasil, mas em todo o mundo, a luta pelo aumento e multiplicação de experiências de participação social têm surgido para buscar novos contornos à democratização, como orçamentos participativos, conselhos, conferências (GURZA LAVALLE; ISUNZA VERA, 2010). Boa parte dessas iniciativas, que surgem da organização da sociedade civil, têm sido lançada na expectativa de melhorar as condições de vida, controlar e garantir a qualidade de políticas e instituições públicas, exigindo transparência do Estado. Outras ações têm se posicionado em crítica às instituições representativas e à procura de uma nova política e de formas de ação direta, a exemplo das manifestações de junho de 2013 (que ficaram conhecidas como as Jornadas de Junho) e também as ocupações das escolas pelos estudantes entre 2015 e 2016 (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). Tal propagação de iniciativas é notável e tem sido objeto de reflexão em diversos campos de conhecimento (KROHLING PERUZZO, 2013; GOHN, 2011).

Paralelamente, estudos têm se dedicado a compreender os impactos sociais das tecnologias de informação e comunicação (TIC), com foco no potencial desses recursos para ampliar a participação social em questões públicas (FUNG, 2006). Yochai Benkler, em seu livro *"The Wealth of Networks"* (2006), apontou para a relevância de se observar os processos sociais atuais, tendo em vista a mudança estrutural significativa que se deu no mundo a partir do ambiente de informação em rede. Segundo o autor, foram mudanças que afetaram profundamente as bases de mercado e os valores da democracia liberal, gerando um ambiente de informação que abre espaço para indivíduos mais ativos e com maior liberdade do que no período da economia da informação industrial, mas que ao mesmo tempo, também abre um novo espaço de batalha institucional sobre o ambiente digital, disputada com os "proprietários" da economia da informação.

Nesse sentido, a escola pode (e deve) promover a discussão e experimentação de novas formas de participação democrática, especialmente em um contexto em que tecnologias digitais têm cada vez mais surgido como ferramentas de apoio a processos de organização da sociedade para participação nas decisões sobre questões públicas.

A proposta do artigo apresentado é discutir algumas dessas questões a partir do estudo de caso da plataforma Monitorando a Cidade, com acompanhamento da experiência em escolas de Santarém (PA), onde o monitoramento da merenda foi feito por estudantes. O objetivo é compreender como se dá o uso de métodos de monitoramento participativo, via adoção de ferramenta cívica, como estratégia da sociedade no controle social, tendo a produção de informação pelos estudantes como forma de intervenção na gestão de políticas públicas. Buscou-se identificar trocas e conflitos entre os sujeitos individuais, coletivos e estatais, estabelecidas na busca por exercer o controle social (GURZA LAVALLE; ISUNZA VERA, 2010).

É preciso observar de forma crítica, entretanto, o espaço que as tecnologias ocupam na sociedade, tendo em vista que esta é palco de conflitos de interesses e disputas de poder no que diz respeito àquilo que é público. Braga (2015), indica que embora haja "razões importantes para sermos otimistas em relação ao potencial dessas tecnologias" (p. 20), é preciso assumir uma postura crítica e considerar o contexto mais amplo, em que há limites postos pelas relações de poder próprias da vida em sociedade e pelas suas diferenças econômicas e culturais.

Nesse sentido, a perspectiva instrumental do uso das tecnologias, ainda em voga na educação (PRETTO, 2017; BONILLA, 2015), *nolens velens*, torna-se cada vez mais insustentável diante dos desafios do campo educacional. Os pesquisadores Bonilla e Pretto (2015) afirmam que "não é mais possível pensar em um sistema educacional que continue centrado na lógica de distribuição de informação" (p.34). Daí a importância de compreender como experiências pautadas na produção de informações, tendo estudantes como protagonistas, tem se desenvolvido.

2. Breve histórico do Monitorando a Cidade

A plataforma Monitorando a Cidade (Monitorando), originalmente batizada de *Promise Tracker* por seus idealizadores no Centro de Mídias Cívicas do Massachusetts Institute of Technology (CCM-MIT) é apresentada no endereço virtual <http://promisetracker.org>, em que está hospedada, como iniciativa para “coleta de dados para a ação cívica”. Desenvolvida desde 2013 pelo CCM-MIT, em uma parceria com a Rede Nossa São Paulo e outra com a Oficina de Prioridades Estratégicas de Minas Gerais, a plataforma foi trazida ao Brasil com objetivo de incentivar pessoas, comunidades ou organizações a criar campanhas de coleta e visualização de dados para monitorar e buscar melhorias para problemas sociais e questões que afetam seu dia a dia.

Para tanto, um *website* (<https://monitor.promisetracker.org/?locale=pt-BR>) é o ponto de partida para a criação de uma campanha, onde um percurso reflexivo deve ser feito para escolher aquilo que será coletado e onde isso será compartilhado. A partir de um aplicativo de *smartphone* é acessado o formulário onde os dados são coletados: fotos, localizações de GPS ou respostas a perguntas, enviados para serem consolidados na plataforma. Os resultados da campanha podem ser visualizados nos dois ambientes, possibilitando o compartilhamento das informações coletadas com os responsáveis por atuar na temática monitorada, e abrindo canais de interlocução e articulação a partir da lógica de produção e disseminação de dados.

Poucas são as pesquisas já produzidas sobre os processos de uso do Monitorando (MARTANO, 2017; AQUINO *et al.*, 2018) ou que o mencionam como ferramenta (PEREIRA JUNIOR, 2017; STEMPECK, 2018). Nesse sentido, há um amplo espaço para produzir conhecimento sobre ele, sendo que o ponto de vista de como se dão os seus usos e interpretações parece particularmente frutífero, já que a disseminação de seu uso é bastante recente. A Controladoria Geral da União (CGU), por exemplo, vem estimulando o uso do Monitorando por escolas públicas brasileiras e, em seus materiais de divulgação, convoca estudantes a realizarem campanhas com foco no monitoramento da merenda. Em 2018, 100 escolas do Distrito Federal participaram do monitoramento da merenda, envolvendo indiretamente cerca de 5.000 alunos da rede pública.

3. Metodologia

A aproximação sujeito-objeto foi o ponto de partida desta pesquisa, é importante situá-la sob a perspectiva de autores como Boaventura de Souza Santos (2000) e Edgar Morin (2005), que identificam a transição do paradigma científico moderno e apontam para outro, ainda em construção, que tende a considerar a complexidade e multidimensionalidade das relações, questionar a hierarquia entre conhecimento científico e conhecimento vulgar ou senso comum, e indicam a importância do fazer ciência com crítica.

Pretende-se que esta pesquisa contribua não apenas com o conhecimento científico, como também com as iniciativas aqui observadas e outras semelhantes, por meio da sistematização de experiências de organizações locais e cidadãos na apropriação das estratégias e ferramentas analisadas, sempre que possível de forma colaborativa e dialogada. Ao articular a produção científica a um propósito de transformação, procurou-se um alinhamento com o paradigma do “conhecimento prudente para uma vida decente” (SANTOS, 2000) e com o pensamento complexo, observando o que é local, singular, aleatório e considerando as interações diversas dos indivíduos e instituições com o ambiente.

Do ponto de vista empírico, a escolha por Santarém se dá pelo fato de que, no decorrer desta investigação, continuou ativa e mantinha perspectivas de continuidade, permitindo assim que o estudo estivesse em contato com ações atuais para propor olhares em diálogo com o momento próximo de realização das ações. Para conduzir este estudo de caso, construiu-se uma base de dados qualitativos, coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e não estruturadas, individuais ou coletivas, bem como observação participante durante visitas locais e reuniões de trabalho, diálogos informais com pessoas envolvidas nas campanhas aqui investigadas, tendo como referência a prática do “pesquisador conversador no cotidiano” (SPINK, 2008).

Antes da fase de entrevistas, foram feitas articulações com contatos estratégicos do Monitorando e da sua rede de parceiros, que foram fundamentais para definir quais seriam as iniciativas foco desta pesquisa e abrir canais de contato com lideranças de tais iniciativas. Os roteiros para a realização de entrevistas semiestruturadas foram elaborados a partir destes levantamentos e diálogos iniciais mais informais. Os entrevistados concederam seus depoimentos sob anonimato, de modo que preservamos a confidencialidade e a privacidade de suas opiniões, exceto aqueles cujos nomes são revelados, pois optaram por serem identificados. Em ambos os casos, os participantes, todos maiores de idade, assinaram o Termo de Consentimento Informado. Os entrevistados que solicitaram anonimato serão identificados por seus papéis: ESTUDANTE(S), PROFESSOR(ES), MERENDEIRA(S), GESTOR(ES).

Ao todo foram realizadas 11 entrevistas, entre outubro de 2017 e maio de 2018, sendo: uma com Emilie Reiser, representante do CCM-MIT, desenvolvedora do Monitorando e coordenadora global da iniciativa; uma com Ivan Costa, representante do Observatório Social do Brasil (OSB) em Belém e também funcionário do Ministério Público do Pará, responsável por disseminar o uso do Monitorando em todo o Estado do Pará e também representa órgão de controle; uma com Gisele Craveiro, do Colaboratório de Participação e Desenvolvimento da Universidade de São Paulo, que acompanhou a implementação do Monitorando no Brasil desde 2014; oito com pessoas envolvidas na campanha de Santarém, incluindo os idealizadores da campanha Eliana Mara, professora coordenadora do Projeto SOL (SOL), Giovanni Freire, Rafael Santos e mais dois jovens representantes do Movimento Pacto Estudantil pela Educação no Pará (MPEPEP) e membros do Projeto SOL; além de estudantes, merendeiras e gestoras de escolas. Foram visitadas duas escolas em Santarém, sendo uma com baixo engajamento (registros de dados baixos e poucos estudantes envolvidos) e outra com alto engajamento (grande volume de registros de dados e maior número de estudantes envolvidos na campanha).

4. Categorias de análise mobilizadas

Foram aplicadas ao Monitorando as dimensões de análise de tecnologias cívicas (ferramentas para o aprimoramento da gestão pública), propostas por Stempeck *et al.* (2016), composta por quatro dimensões: quem usa (governo, organização ou indivíduo), quem paga (governo, filantropia, iniciativa privada, comunidade), quão cívica é (recurso cívico, produto cívico, externalidade cívica) e o grau de mudança (reforma, adequação ou transformação) da tecnologia,

resumidas no Quadro 01 abaixo.

Quadro 11 – Dimensões de análise de tecnologias cívicas aplicadas ao Monitorando a Cidade

Quem usa a tecnologia	Governo, organizações e indivíduos, a depender da campanha realizada
Quem paga pela tecnologia	Iniciativa privada
Quão cívica é	Produto cívico
Grau de mudança que pretende alcançar	Reforma ou adequação, a depender da campanha realizada

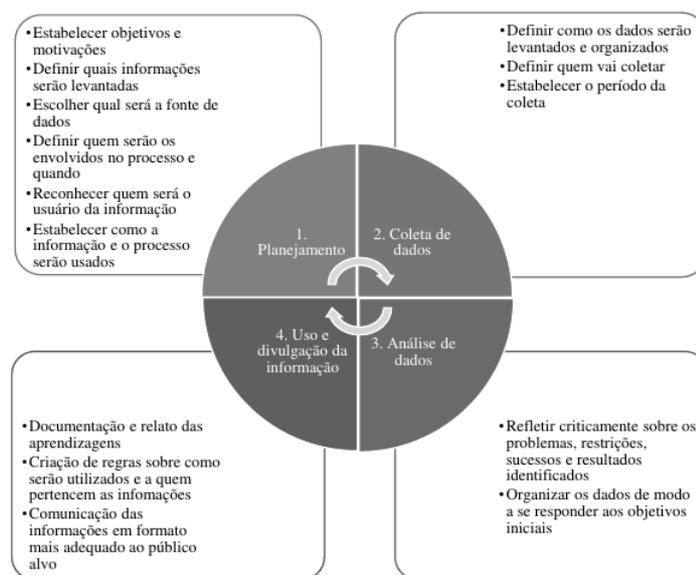
Fonte: Elaboração própria (2018)

O exercício de aplicação das dimensões de análise de tecnologias cívicas para o Monitorando visibiliza o quanto seu desenho permite flexibilizações em seus usos, tanto do ponto de vista da abrangência de público usuário, como do grau de mudança que se pretende alcançar. Isso porque a plataforma é desenhada para ser utilizada em diferentes contextos e para diferentes demandas de intervenção.

Para compreender o uso de tecnologia cívica no monitoramento participativo buscou-se, portanto, identificar atores relevantes; o que pode fortalecer ou fragilizar iniciativas de monitoramento participativo que buscam incidir sobre a atuação do Estado ou sobre políticas públicas, nesse caso a política da merenda escolar; além de observar as repercussões na escola.

Traçou-se ainda um paralelo da metodologia do Monitorando com as etapas de monitoramentos participativos, normalmente tratados como um método para produção de conhecimento sobre um tema específico e que, ao mesmo tempo, envolve um grupo de pessoas, sem que a informação produzida ou as pessoas incluídas sejam obrigatoriamente do universo acadêmico; e que as etapas que o compõem são planejamento; coleta de dados; análise de dados; uso e divulgação das informações, e que se retroalimentam continuamente (ABBOT e GUIJT, 1999), conforme detalhados na Figura 01.

Figura 01 - Etapas de um monitoramento participativo



Fonte: Elaboração própria (2018)

Buscou-se identificar os papéis desempenhados ao longo das campanhas. Além disso, verificar como os princípios da participação e da negociação do monitoramento participativo se realizaram nas experiências de Santarém, considerando o intuito de identificar as interfaces estabelecidas. Observou-se ainda os processos de interação e os relacionamentos ativados por tais iniciativas, dando foco à atuação da sociedade civil no controle social, especialmente os estudantes, responsáveis pela produção das informações. O controle social pode ser entendido como uma prática do direito à participação (CORREIA, 2008). A expressão “controle social” tem sido alvo de controvérsia nos diversos campos de conhecimento e pode carregar múltiplos sentidos. Entre as diversas definições, o que há em comum é que este esteja sempre dentro da relação Estado e sociedade (CORREIA, 2008).

5. A experiência em Santarém: trajetória e análise de resultados

O Observatório Social do Brasil (OSB) foi a Santarém em 2011, com o objetivo de apoiar a fundação de um Observatório Social local. Nessa trajetória, seus representantes tomaram conhecimento do trabalho de educação fiscal desenvolvido pelo Projeto SOL (SOL), uma associação da sociedade civil, fundada em 2001, pela professora Eliana Mara, que leciona matemática na educação básica. O objetivo do trabalho é desenvolver uma educação cidadã, principalmente entre jovens estudantes, por meio de diversas frentes de atuação: trabalhos voluntários, peças de teatro que discutem temas de cidadania, constituição de Prefeitura Mirim etc (COSTA; MARA, informação verbal).

A Prefeitura Mirim foi originalmente pensada como uma iniciativa desenvolvida com uma turma em que Eliana lecionava, mas que acabou ganhando visibilidade em toda a escola e acabou envolvendo outros estudantes nas eleições de prefeito e vereadores mirins. O destaque do projeto aumentou quando um vereador permitiu que a posse da Prefeitura

Mirim ocorresse na Câmara, atraindo cobertura de mídia e a atenção do próprio legislativo. Entre as atividades desenvolvidas pela Prefeitura Mirim, os jovens passavam por dinâmicas formativas relacionadas a administração pública, tributação, atribuições dos três poderes e outros conteúdos que proporcionavam um exercício prático para a cidadania (MARA, informação verbal).

Em 2015, o trabalho da Prefeitura Mirim desencadeou um processo maior de atuação política dos estudantes. Eles estavam muito incomodados com problemas de natureza variada em sua escola e, em diálogo com jovens de outras escolas, notaram que estes manifestavam igualmente suas insatisfações e dificuldades diante das mesmas deficiências.

Em outubro de 2015, graças a uma articulação entre estudantes de 12 escolas públicas de ensino fundamental e médio de Santarém, com apoio de professores e gestores, houve uma marcha até o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Isso abriu um canal de diálogo para que os estudantes pudessem levar suas demandas coletivas sobre questões escolares (MARA; FREIRE, informação verbal; MARTANO *et al.*, 2017).

O combinado entre o MPPA e o Movimento Pacto Estudantil pela Educação no Pará (MPEPEP) foi que estudantes produziram um dossiê das escolas, apontando os temas prioritários para busca de soluções às questões que afetam a todas as escolas. Nem todos os jovens do movimento faziam ou passaram a fazer parte do SOL, mas muitos dos estudantes que participavam do SOL aderiram ao MPEPEP, e agregavam ao coletivo seus conhecimentos de administração pública, política e cidadania adquiridos por meio do projeto. As articulações se davam por meio de grupos em aplicativos de mensagens instantâneas, em que ocorriam deliberações sobre os próximos passos do movimento. A relação estabelecida entre MPEPEP e MPPA, que se iniciou sob a forma de pressão, passou a ser colaborativa, na medida em que foi atribuído ao MPEPEP uma função informativa sobre a situação das escolas.

Em meio a esse contexto, em fevereiro de 2016, o OSB apresentou ao SOL o Monitorando, usando como exemplo a campanha piloto feita em uma escola de Belém para monitoramento da merenda escolar, mas vendo em Santarém e no movimento um ambiente propício para levar o método como facilitador (COSTA, informação verbal). A trajetória da “Égua da Merenda, João!” em Santarém, então, se construiu a partir de um ambiente que já se mostrava propício para fazer com que a voz dos estudantes, representados pelo MPEPEP, fosse levada para apoiar a atividade regulatória do MPPA.

Monitorar o tema da merenda não era, portanto, uma ideia exclusiva do OSB, posto haver órgãos de controle atentos à necessidade de gerenciar sua distribuição, manutenção, qualidade e outros aspectos que identifiquem se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) está sendo corretamente implementado (DIAS; DE PAULA; COSTA, informação verbal). Alguns estudantes e profissionais da educação apresentavam queixas a respeito da condição da merenda em suas escolas (FREIRE *et al.*, informação verbal). Quando a campanha piloto de monitoramento da merenda foi apresentada a organizações e pessoas da rede de contatos de Freire, com o objetivo de demonstrar como o Monitorando funcionava e incentivar o seu uso havia um contexto aparentemente favorável para proposta. Em 2016, a iniciativa, batizada de “Égua da Merenda, João!”, ganhou proporções maiores como campanha de monitoramento, ao chegar em outros municípios do Pará, como Santarém e Ponta de Pedras, além de mudar o seu escopo em Belém. O nome buscava cumprir uma dupla função: por um lado, homenagear João, o voluntário pesquisador do OSB que articulou a ida do Monitorando para Belém em 2015, que foi assassinado em fevereiro de 2016; por outro lado, trazer atenção da população em uma linguagem própria da região (MARTANO *et al.*, 2017; COSTA, informação verbal).

O estudo de caso do Monitorando em Santarém busca reconstruir sua trajetória e localizar: (a) quais foram os atores da campanha e em que passo do método do Monitorando estiveram envolvidos; (b) quais os papéis cada um dos atores exerceu dentro da campanha; (c) quais foram as relações estabelecidas entre os diferentes atores e quais as suas características. A análise do processo da campanha está detalhada a seguir, de acordo com as etapas de um monitoramento participativo já descritas anteriormente na Figura 01.

5.1 Planejamento da campanha

A questão da merenda segundo Freire *et al.* (informação verbal), era uma das temáticas listadas no dossiê. Estudantes do SOL levaram então a proposta de trabalho ao MPEPEP, que passou a discutir a questão da merenda e decidiu que o Monitorando seria utilizado para acompanhamento da questão. Os objetivos que o movimento definiu para a campanha eram ao mesmo tempo pressionar por soluções à falta ou má qualidade da merenda (FREIRE, informação verbal).

[...] não só mostramos o que estava acontecendo, eu já acho que mostrar também para o aluno da escola em si que poderia melhorar aquilo, porque é um direito [...] e com base nisso, trabalhar essas demandas, porque isso é um direito do aluno, é um direito do profissional. E se ele não toma isso para si, ele vai se desvalorizando cada vez mais. (FREIRE, informação verbal)

Quem criou a campanha “Égua da Merenda, João” na plataforma foi o OSB em conjunto com um vereador mirim do SOL, desenvolvendo a página da campanha (MARA; FREIRE, informação verbal; MARTANO *et al.*, 2017).

O que se desenhou como equipe responsável pela campanha foi o MPEPEP, apoiado pelo SOL, para mobilizar os estudantes para produção dos dados do monitoramento da merenda; por sua vez, o SOL era apoiado pelo OSB; este propunha estratégias de ação e de diálogo com o MPPA; e ao mesmo tempo dialogava com a promotora (a qual Ivan conhecia por conta de sua atuação no MPPA) para que estivesse em diálogo com o MPEPEP (COSTA; MARA, informação verbal).

5.2 Coleta da campanha

O questionário foi elaborado pelo OSB, com base em um diálogo com o MPEPEP e na experiência do piloto. Representantes do SOL, apoiados pela professora Eliana, promoveram diversas formações com os estudantes, visando prepará-los para compreender tanto as questões relacionadas à merenda – por exemplo, que a administração da merenda em todas as escolas, municipais ou estaduais, é feita pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) – como o processo

de monitoramento em si – qual a periodicidade, quais seriam os responsáveis pela coleta, como deveriam ser tiradas fotografias e respondidas as perguntas (MARA; FREIRE, informação verbal; MARTANO *et al.*, 2017).

Em junho de 2016, iniciou-se a coleta de dados, realizada por estudantes das escolas representadas no MPEPEP, que aderiram voluntariamente por já serem lideranças do movimento ou por terem identificado na campanha uma forma de ajudar sua escola. A proposta inicial estabelecia que fossem feitos registros diários daquilo que era servido na merenda, a partir do formulário que solicitava resposta a algumas perguntas e registro fotográfico do alimento. Vários estudantes mencionaram que o fato de usarem um aplicativo para o registro tornava o monitoramento mais atraente e dinâmico (ESTUDANTES; PROFESSORA, 2017; informação verbal).

Para que os estudantes se mantivessem ativos no monitoramento, uma mobilização era feita pelas lideranças do MPEPEP presentes nas escolas. Estas, que muitas vezes também atuavam como coletoras, buscavam lembrar a seus colegas sobre a atividade, para que os registros fossem feitos pelo aplicativo. Contudo, a coleta não se manteve tão constante quanto o idealizado, havendo registros em intervalos maiores, ou ainda escolas que deixaram de fazer o monitoramento após transcorrido algum tempo de campanha (ESTUDANTES; PROFESSORA; FREIRE, informação verbal, 2017).

No início a coleta foi difícil, uma vez que os estudantes responsáveis encontravam resistência de diversos profissionais da educação. As merendeiras relatam que a princípio se sentiam avaliadas, então não queriam que as fotos fossem tiradas ou faziam pratos mais caprichados para o registro. O mesmo sentimento preocupou alguns gestores, que no início tinham receio de serem responsabilizados pelos problemas com a merenda. O diálogo entre MPEPEP e equipes das escolas, reforçado por algumas mudanças percebidas no fornecimento de alimentos (rapidamente tornou-se mais regular e após algum tempo foi oferecida uma formação para as merendeiras), trouxe um novo entendimento sobre a campanha, fazendo com que a relação passasse a ser colaborativa (ESTUDANTES; PROFESSORA; FREIRE; GESTOR; MERENDEIRAS, informação verbal, 2017).

5.3 Análise de dados da Campanha

Embora nas entrevistas conduzidas haja pouca menção a um processo de interpretação dos dados coletados, é possível identificar que o MPEPEP era o responsável por realizar uma leitura dos resultados para então apresentar ao MPPA o dossiê, eventualmente separando os dados por escolas. Ou seja, o mesmo trabalho que o movimento conduzia antes da chegada do Monitorando já era feito, porém passou a ser simplificado pela facilidade e agilidade da tecnologia digital. O que antes era feito em questionários impressos e pranchetas, passou para o aplicativo (FREIRE, informação verbal).

Notou-se é que ainda durante o processo de coleta, o MPEPEP sentia a necessidade de mostrar o que estava sendo avaliado, para dar visibilidade ao processo e aos problemas de falta de merenda ou da baixa qualidade do que era servido. Por essa razão, foi feita uma apresentação pública das fotos tiradas pelos estudantes, bem como eram frequentemente postadas as imagens em páginas de redes sociais do MPEPEP (FREIRE, informação verbal). Assim, a necessidade de uso das imagens era imediata e adaptada a contextos em que o formato oferecido pela plataforma não dava conta de atender.

5.4 Alcances da campanha e função do Monitorando

Foi possível identificar diferentes camadas de resultados da campanha, ainda que não fosse objetivo desta pesquisa mensurar o impacto da experiência. Levando-se em conta que uma das metas da campanha era exercer pressão sobre o governo para solucionar a questão da merenda, podemos identificar algumas ações que demonstram influência da campanha sobre o Estado: a SEMED promoveu uma atividade de degustação da merenda; a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) promoveu uma capacitação das merendeiras; representantes do MPEPEP foram chamados para acompanhar o processo de licitação dos mantimentos no município (FREIRE *et al.*, informação verbal; MARTANO *et al.*, 2017).

Se considerado o objetivo de promover debate sobre direitos e sobre o problema da merenda nas escolas, entre membros do SOL e do MPEPEP é mencionada a ampliação de conhecimentos sobre o tema, incluindo a conscientização de que a alimentação escolar é um direito garantido por lei (MARA; FREIRE; ESTUDANTES; PROFESSORA, 2017; informação verbal). Assim, uma dimensão pedagógica do uso do Monitorando é identificada.

E os relatos de todos os atores participantes da campanha confirmam que a falta de merenda diminuiu, e que a formação das merendeiras surtiu efeito sobre a qualidade dos alimentos servidos. Mas Freire *et al.* (informação verbal) ressaltam que ainda há muito o que avançar para que a situação seja ideal. Ainda não é possível seguir o cardápio recomendado pela secretaria, uma vez que os ingredientes são entregues de forma desordenada, sem respeitar o calendário e muitas vezes faltam temperos para o preparo adequado dos alimentos. Além disso, em muitas escolas faltam profissionais qualificados para a função, de modo que muitas vezes a merenda é preparada por serventes (GESTOR; MERENDEIRAS, informação verbal, 2017).

5.5 Identificação de atores e papéis-chave

Para compreender os processos pelos quais atores e papéis-chave percorreram para alcançar seus objetivos, se buscou identificar quem foram os participantes dessa experiência de uso do Monitorando e que papéis ocuparam na implementação.

Quadro 02 – Atores envolvidos e papéis exercidos na “Égua da Merenda, João!” em Santarém

Papel na campanha	Atores de Santarém	Segmento representado
Idealizador	OSB	Sociedade civil
	SOL	Sociedade civil
Coordenador	SOL	Sociedade civil
	MPEPEP	Sociedade civil
Mobilizador	SOL	Sociedade civil
	MPEPEP	Sociedade civil
	Mídia	Sociedade civil
Coletor	MPEPEP	Sociedade civil
	Estudantes	Sociedade
	Escolas (apoio)	Estado
Receptor dos dados	SOL	Sociedade civil
	MPEPEP	Sociedade civil
Analista	SOL	Sociedade civil
	MPEPEP	Sociedade civil
Destinatário da informação	MPPA(direto)	Agência reguladora ou órgão de controle
	SEMED (indireto)	Estado

Fonte: Elaboração própria (2018)

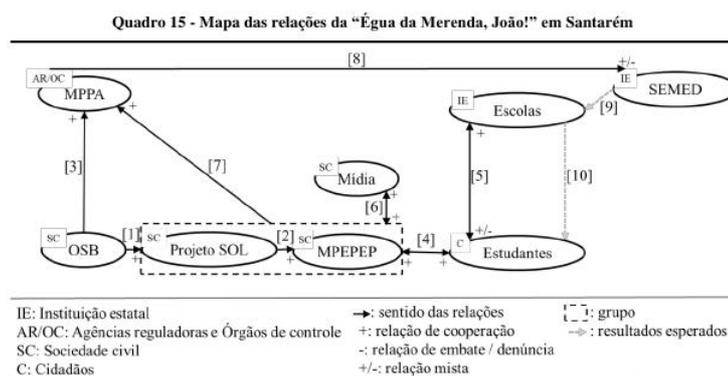
Cada um dos atores listados esteve envolvido na campanha de modo diferente, exercendo funções específicas para que os objetivos fossem alcançados. Desde o momento de definição da campanha (ou planejamento), até a visualização dos dados (ou uso e divulgação de informações). Verifica-se que os atores-chave para a realização da campanha são SOL e MPEPEP, sendo que o primeiro é um fortalecedor do segundo, que aparece como protagonista do processo nas falas de todos os entrevistados, inclusive os próprios representantes do SOL. Além de desempenharem o papel de coordenação da campanha, são também mobilizadores, coletores, receptores e analistas, não sendo apenas os destinatários da informação coletada. Pode-se afirmar que “Égua da Merenda, João!” em Santarém tem a sociedade civil como protagonista do monitoramento da alimentação escolar.

5.6 As interfaces da campanha

Para identificar e qualificar as interfaces estabelecidas, procuramos observar quais foram o bem básico de troca (informação, poder ou bens e serviços), a lógica de ação dos atores (fazer saber, fazer fazer ou fazer ter) e a gramática relacional (quem informa, mandata ou provê quem) proporcionadas pela iniciativa, conforme definição de Isunza Vera e Gurza Lavalle (2012).

Antes, apresentamos o mapa das relações entre cada um dos atores envolvidos na campanha de monitoramento da merenda em Santarém, onde procuramos indicar o sentido em que essas se dão (quem ativa ou entrega para quem) e qual a qualidade dessa interação (se cooperativa, denunciata ou mista).

Quadro 03 - Mapa das relações da “Égua da Merenda, João!” em Santarém



Fonte: Elaboração própria (2018)

Em resumo, o processo da campanha se deu a partir das seguintes relações: [1] OSB mostrou Monitorando a SOL; [2] SOL validou ideia com MPEPEP e programa campanha; [3] OSB ajudou na interlocução com MPPA para potencializar projeto; [4] MPEPEP, assessorado pelo SOL fez treinamento dos estudantes sobre tema da merenda e para coleta de dados; [5] estudantes fizeram coleta, buscando ajuda da escola (via merendeiras, gestores e professores), que no início foram resistentes, mas depois entenderam a relevância do projeto para a escola; [6] MPEPEP e SOL chamaram mídia para divulgar campanha e resultados, o que trouxe visibilidade para projeto e ajudou a pressionar por soluções; [7] MPEPEP entregou dossiê com dados do monitoramento da merenda para MPPA, em uma relação de colaboração; [8] MPPA cobrou ações da SEMED para melhoria da merenda; [9] Seria esperado que SEMED levasse ações de melhoria às escolas (como a formação já realizada com as merendeiras e mais); e [10] por consequência as escolas ofereceriam uma merenda de melhor qualidade aos estudantes.

Assim, as relações ativadas pelo processo da campanha que foram estabelecidas entre sociedade e Estado estão

identificadas no mapa como [3], [5] e [7]. As demais são estabelecidas entre atores da sociedade (instituições ou indivíduos) ou entre atores do Estado (agente ou órgão de controle). Abaixo sintetizamos como se dão essas interfaces socioestatais ativadas no processo da campanha.

Interessante observar que as relações mapeadas, embora estejam mediadas pelo uso do Monitorando, não nascem a partir de seu método, dado que já estavam estabelecidas anteriormente à campanha; porém, a forma como algumas dessas relações se dão pode ter mudado ao se trazer o método da plataforma. Esse é o caso da relação entre estudantes e escolas, que em muitos casos não dialogavam sobre a questão da merenda, e passaram a se informar mutuamente sobre o problema. Outro exemplo é que, ainda que o acordo entre MPEPEP e MPPA tenha sido estabelecido após a marcha e antes da chegada do Monitorado, após o início da campanha uma relação informativa mais objetiva foi desenhada, funcionando praticamente como um canal aberto de consulta aos estudantes, que são os que coletam os dados no dia a dia das escolas.

O quadro de interfaces socioestatais da campanha de Santarém permite observar que não há relações mútuas entre sociedade e Estado fora do espaço escolar [5]. As gramáticas relacionais identificadas fora desse ambiente são sempre baseadas na troca de informação, que em sua maioria se dá a partir da sociedade civil em direção ao órgão de controle.

Reflexões finais

Ao reconstruir as experiências de uso do Monitorando em Santarém, pode-se observar que a plataforma é interpretada como facilitadora de um processo já existente ou pré-estruturado de colaboração institucional. Em Santarém, o Monitorando foi inserido em um contexto em que o movimento estudantil tinha sido designado como informante do Ministério Público; com isso, a plataforma foi interpretada pelos coordenadores de campanha como instrumento para potencializar o movimento local, ao agregar agilidade, própria da tecnologia digital, e ao provocá-los a desenvolver uma sistemática para coleta e organização de dados. Assim, ficou marcada a relevância das relações pré-existentes entre atores para viabilizar articulações entre atores, para abrir caminhos de interação - entre estes o estreitamento da relação da gestão com os estudantes e também com os funcionários da escola (merendeiras, principalmente) e para favorecer iniciativas de monitoramento participativo.

A experiência de Santarém pode ser considerada como exemplo da forma como o Monitorando foi pensado para ser aplicado, ainda que tenham havido situações em que as escolas ofereceram resistência ou não apoiaram ativamente os estudantes coletores, uma vez que o processo de monitoramento era interpretado como uma forma de avaliação para punição; porém, em algumas escolas em que o valor da contribuição foi compartilhado entre estudantes e profissionais envolvidos, as campanhas passaram a ser apoiadas e o engajamento dos estudantes resultou em uma ampliação e qualificação do diálogo com equipe gestora da escola. Também foi identificada uma interpretação do Monitorando como processo pedagógico. Em Santarém, o processo pedagógico foi informal, mas se deu na mediação do debate sobre direitos e cidadania ao longo do desenvolvimento da campanha.

Ao tomar os usos do Monitorando como referência para outras iniciativas de monitoramento participativo, em contexto escolar, é preciso considerar que a tecnologia digital não é por si um elemento de transformação e que seu uso pode atender a diferentes propósitos a depender da interpretação dada a ela. Conforme apontado no levantamento bibliográfico, para que seja possível exercer o controle social, as relações estabelecidas entre a sociedade e o Estado devem ser mediadas por algumas condições mínimas necessárias: uma é a mobilização da sociedade para exercer essa participação, seja ações individuais ou por meio de atores coletivos, nesse caso a mobilização dos estudantes; a outra é a disponibilidade de informações, que nem sempre é automática ou sequer organizada pelo poder público.

Observou-se também que o tema do monitoramento participativo, a partir do processo de levantamento de informações, passou a ser debatido nas escolas, não só entre os coletores, mas entre estudantes e profissionais da educação, chegando a alcançar outros grupos sociais a partir de coberturas de mídia, ajudando a criar um ambiente de opinião pública favorável a encontrar a solução para o problema. Mas o que este estudo de caso apontou é o fato de que o processo de coleta de dados pode ser tão importante quanto (ou mais que) os resultados do monitoramento para pressionar os responsáveis.

Participantes de várias escolas relataram melhorias na preparação, armazenamento e na qualidade dos ingredientes das merendas servidas como resultado da campanha de monitoramento. Uma escola em Santarém, que estava sem receber merenda, relatou que o MP interveio graças à campanha garantindo seu retorno.

Em todos os casos os estudantes relataram um melhor entendimento sobre o PNAE e seus direitos quanto à merenda. Muitos sentiram que esse entendimento colaborou para incentivá-los a se mobilizarem sobre a questão. Alguns professores e gestores afirmaram que os estudantes envolvidos nas campanhas demonstraram uma maior vontade de expandir o monitoramento para outros desafios, chegando a mobilizá-los a participar de atividades de manutenção da escola. A experiência apontou que a escuta dos estudantes, a corresponsabilização e o envolvimento deles em processos participativos potencializam o engajamento no controle social, na medida em que eles são posicionados como produtores de informação.

Embora ao longo da análise tenham sido apresentados alguns resultados da campanha acompanhada, não foi possível observar se todos os objetivos por ela estabelecidos foram logrados. Considera-se que, para tanto, seria preciso investir em outras abordagens metodológicas, não empregadas nesta investigação, uma vez que não se objetivou aqui traçar uma avaliação do impacto das campanhas ou do Monitorando. O campo de estudos é frutífero e é um convite para próximas pesquisas.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Andre Carlos Busanelli; DIAS, Lidiane Nazaré da Silva; PAULA, Marcelo Moraes; COSTA, Ivan Silveira. Engagement and persistence for group coproduction in public schools: why and when young individuals participate. *In: INTERNATIONAL RESEARCH SOCIETY FOR PUBLIC MANAGEMENT ANNUAL CONFERENCE*, 22, 2018. **Anais [...] Edimburgo: IRSPM**, 2018. Disponível em: <<http://programme.exordo.com/irspm2018/delegates/presentation/283/>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BENKLER, Yochai. **The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom**. New Haven: Yale University Press, 2006.

BONILLA, Maria Helena. PRETTO, Nelson. Movimentos colaborativos, tecnologias digitais e educação. **Em Aberto**. v.28. n.94, p. 23-40. jul./dez. 2015.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos - CEBRAP**, n.45, p.152-166, jul. 1996.

BRAGA, Denise Bértoli. A comunicação em rede e os impactos nas possibilidades de participação social: reflexões introdutórias. *In: BRAGA, Denise Bértoli (org.). **Tecnologias digitais da informação e comunicação e participação social: possibilidades e contradições***. São Paulo: Cortez, 2015.

CAMPOS, Antonia Maria; MEDEIROS, Joana. RIBEIRO, Márcio M.. **Escolas de Luta**. São Paulo: Veneta, 2016.

CORREIA, Maria Valéria Costa. **Controle Social**. In Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, p. 66-73, 2008.

FUNG, A. **Empowered Participation: Reinventing Urban Democracy**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Participação da sociedade civil na esfera pública na América Latina. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, vol. 10, n.18, p. 223-244, abr. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/2175-7984.2011v10n18p233/17542>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

GURZA LAVALLE, Adrián.; ISUNZA VERA, Ernesto. Precisiones conceptuales para el debate contemporáneo sobre la innovación democrática: participación, controles sociales y representación. *In: GURZA LAVALLE, Adrián.; ISUNZA VERA, Ernesto (org). **La innovación democrática en América Latina: tramas y nudos de la representación, la participación y el control social***. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social - Universidad Veracruzana, 2010, p. 17-80.

KROHLING PERUZZO, Círcia M. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”(?). **MATRIZES**, v. 7, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/69407/71976>>. Acesso em 11 abr. 2019.

MARTANO, Andrés M. R; CRAVEIRO, Gisele S.; REISER, Emilie. **Monitorando a merenda no Pará: uma experiência de coleta de dados para ação cidadã**. Disponível em: <<https://colab-usp.github.io/monitorando-relatorio-fase2/relatorio-monitorando.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2017.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

PEREIRA JUNIOR, Clorisval. **Tecnologias cívicas e inovação social digital: desafios para o design nos novos territórios da participação cidadã**. 2017. 102 f. Tese (Doutorado em Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ, Catalina. Social Accountability: An Introduction. *In: PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ, Catalina (org). **Enforcing the Rule of Law: Social Accountability in the New Latin American Democracies***. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, p. 3-27, 2000.

PRETTO, Nelson De Luca. **Educações, Culturas e Hackers**. Salvador. Edufba: 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica à razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 20, Edição Especial, p. 70-77, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20nspe/v20nspea10.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

STEMPECK, Matt; SIFRY, Micah; SIMPSON, Erin. **Civic Tech Field Guide**. 2018. Disponível em <<http://bit.ly/organizecivictch>>. Acesso em: 18 ago. 2018.